

# GERAIS E MATO DENTRO: MINAS EM GUIMARÃES ROSA E CORNÉLIO PENNA<sup>1</sup>

Luís Bueno

A posição da obra de Guimarães Rosa no interior da história literária brasileira, especialmente na relação com a geração que o precedeu, a dos anos 30, ainda está por ser estabelecida. A tendência geral, nesse sentido, tem sido a de isolá-la em sua genialidade e originalidade. Em grande medida, porém, esse isolamento não vem apenas dessa originalidade ou dessa genialidade, vem também da forma como se tem enxergado a tradição literária do Brasil.

As relações de Rosa com autores da década de 30 são numerosas e profundas e podem apontar o quanto esse escritor, que parecia ter a incrível capacidade de dar resposta para todas as questões, contemplou também a do diálogo com a literatura de seu tempo. Nunca é demais lembrar que ele poderia ter estreado em livro ainda na década de 30, se não fosse o famoso voto de minerva dado por Graciliano Ramos a *Maria Perigosa*, de Luís Jardim, no concurso de contos Humberto de Campos de 1938, e, mesmo, que ele era um pouco mais velho do que alguns dos principais autores do romance de 30, como Rachel de Queiroz, nascida em 1910, ou Lúcio Cardoso e Jorge Amado, de 1912.

Para indicar essa relação no espaço deste texto, vamos nos interessar diretamente por uma aproximação entre Rosa e um desses romancistas de 30, Cornélio Penna, a partir da leitura de “O recado do morro”, do *Corpo de baile*, e daquele que talvez seja o único texto ficcional curto publicado por Penna, poucos meses antes do lançamento de seu romance de estréia, *Fronteira* – “Itabira, tesouro fechado de homens e mulheres”, que saiu no segundo número da revista *Lanterna Verde*, do Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Para balizar essa aproximação, vamos trabalhar com um termo talvez complicado, pelos usos que já teve, mas que não precisa ser necessariamente complicado. Para tentar, pelo menos, esclarecer seu sentido

aqui, é interessante retomar o início de um artigo que Gilberto Freyre publicou em sua coluna da revista *O Cruzeiro* em 1950:

Alguém me pergunta se é certo que em arte ou literatura eu só estime o que considero “regional”, “ecológico” ou “telúrico”. O romance do sr. José Lins do Rego, por exemplo. Ou a poesia brasileira do sr. Osvaldo de Andrade ou do sr. Cassiano Ricardo. Ou o conto brasileiro de Simões Lopes e do sr. Luís Jardim.

Não: é inexato. Tanto que, em poesia brasileira, admiro também o sr. Carlos Drummond de Andrade que é, com toda sua universalidade, um telúrico impregnado até à alma do ferro viril de Itabira e o igualmente telúrico, nas raízes brasileiras ou pernambucanas, que é o mestre Manuel Bandeira. E, ainda, o sr. Augusto Frederico Schmidt, internacional de corpo e alma; mas que não deixa de ter a sua pinta de brasileiro.

Um dos romancistas brasileiros que mais admiro é o sr. Cornélio Penna, que pouco tem de telúrico a marcar-lhe as criações. Outro é o velho Machado, aparentemente só europeu.<sup>3</sup>

Para além das múltiplas contradições que é possível apontar nesses poucos parágrafos, é especialmente notável, em primeiro lugar, o uso da ideia de telurismo, que resulta reduzido a sinônimo de regionalismo ou localismo, e isso num sentido quase estritamente sociológico, dado o uso do termo “ecológico”, também arrolado aqui como sinônimo de “telúrico”, que se fazia naquele período.<sup>4</sup> E, em segundo, à compreensão estereotipada de uma concepção que separa qualquer literatura preocupada com o aprofundamento psicológico de um possível espírito telúrico.

Não se evocam aqui as palavras de Gilberto Freyre para indicar sua eventual insuficiência, mas sim porque são representativas de uma forma ainda hegemônica de ver a tradição literária brasileira, que também isola, mas num sentido muito diferente do isolamento de Rosa, um escritor da importância de Cornélio Penna, que só muito a custo começa a ser incorporado ao nosso cânone.

Assim, nos interessará aqui uma visão da literatura de 30 que não cave fossos intransponíveis entre os autores interessados pela terra e os interessados pelo homem – se é que essa divisão em algum momento

fez sentido. Por outro lado, o termo “telurismo” é aqui compreendido numa chave que privilegia a relação do homem com a terra sem se limitar ao homem sociologicamente considerado (mas também sem descartá-lo) e aceitando mesmo implicações que escapam a uma lógica racional.

Em “O recado do morro” o telurismo é evidente e intencional. A primeira edição de *Corpo de baile* trazia oito epígrafes: quatro de Plotino, três de Ruysbroeck, o Admirável, e um trecho de uma cantiga de cantador popular identificado com seis nomes diferentes. Nas duas primeiras, extraídas de Plotino, explicitava-se esse telurismo, indicando-o como chave de leitura de todo o conjunto. Na primeira, pela sugestão de uma ligação profunda, que chega mesmo à identidade, entre parte e todo, dada pela relação entre a circunferência e seu centro: “Num círculo, o centro é naturalmente imóvel; mas, se a circunferência também o fosse, não seria ela senão um centro imenso”.<sup>5</sup>

Na segunda, aponta-se mais especificamente a ligação entre a terra e o que vive sobre ela e, além disso, ilumina-se a epígrafe anterior, já que, pela reiteração da idéia de centro, o que antes era apenas sugestão de telurismo fica diretamente posto:

O melhor, sem dúvida, é escutar Platão: é preciso – diz ele – que haja no universo um sólido que seja resistente; é por isso que a terra está situada no centro, como uma ponte sobre o abismo; ela oferece um solo firme a quem sobre ela caminha, e os animais que estão em sua superfície dela tiram necessariamente uma solidez semelhante à sua.<sup>6</sup>

Como se vê, se o todo (o círculo) pode converter-se na parte (o centro), a parte (o que vive sobre a terra) pode converter-se no todo (a terra em sua solidez). Há uma espécie de telurismo aqui, portanto, que vai além da definição de dicionário, já que se trata de relação de mão dupla, como se a influência do solo sobre seus habitantes de alguma forma fosse devolvida ao próprio solo por esses habitantes.

Na reorganização da obra, em seu formato definitivo em três volumes, as epígrafes se recolocaram, e esta segunda, a mais claramente telúrica, coube ao volume que abriga “O recado do morro”. Mas agora

ela se combina com uma outra, de Ruysbroeck, o Admirável, que era a penúltima na primeira edição: “A pedra preciosa de que falo é inteiramente redonda e igualmente plana em todas as partes”.<sup>7</sup>

Mais uma vez se fala de uma estranha ligação entre parte e todo nessa curiosa pedra que é redonda no todo e plana nas partes. É um aparente paradoxo de quadratura do círculo que, no entanto, está inscrito na condição do planeta Terra, arredondado no todo mas que, visto pelos que andam sobre ele, é mesmo plano. De tal forma que se reconfigura e aprofunda nesse volume aquele telurismo de mão dupla desenhado no grande conjunto original de textos, em que o aspecto sob o qual a terra se revela aos homens e animais não é falso ou enganador: incorpora-se mesmo à sua natureza de objeto a um só tempo plano e redondo.

A configuração do enredo de “O recado do morro”, que parte do interesse pessoal, por assim dizer, do morro da Garça pelo enxadeiro Pedro Orósio, não faz mais que confirmar o caráter telúrico do texto. Aliás, isso já foi amplamente enfatizado por análises que apontam uma identidade entre o herói Pedro Orósio e a terra, seja a partir do dado miúdo representado pelo significado etimológico de seu nome – confirmado pelos nomes das demais personagens –, seja por recorrer à cosmologia tradicional, que apenas confirma, seja na viagem empreendida pelo herói, seja na emboscada de que se livra ao final, que Pedro é a Terra em relação aos outros astros.<sup>8</sup>

Por isso mesmo, vale a pena investir na tentativa de especificar não um telurismo digamos genérico em “O recado do morro”, mas sim aquele telurismo de mão dupla. E ele aparece em toda parte, expresso em numerosos detalhes que é preciso sublinhar. O primeiro deles é a própria profissão de Pedro Orósio: enxadeiro. A participação de Pedro na excursão narrada no início do texto é voluntária. A exemplo de outros personagens, como aquele Gorgulho que vive em terras penhascosas que não pertencem a ninguém, embora pobre seu estatuto social é o de homem inteiramente livre. Apesar de não ter a posse da terra, aparece figurado como se só dependesse dela, e não daquele que detém sua posse, “porque Pedro Orósio não era serviçal de seu Jujuca do Açude – ele trabucava forro, plantando à meia sua rocinha, colhia até cana e algodão” (p. 9). Quanto ao seu trabalho, aparece assim descrito: “Um

enxadeiro, sol a sol debruçado para a terra do chão, de orvalho a sereno, e puxando toda força de seu corpo” (p. 12).

Como se vê, apesar de estar perigosamente fora de sua terra natal, os Gerais, e de ser figurado inicialmente como um viajante, como viajantes são tantos jagunços e vaqueiros de Guimarães Rosa, Pedro está na verdade perto da terra. Ele não é vaqueiro nem jagunço, é lavrador, vive debruçado sobre a terra. E que outra profissão pode representar de maneira mais cabal a relação recíproca entre homem e terra? Pedro entrega à terra toda força do seu ser e recebe de volta, mais do que o sustento, a independência possível naquele lugar e naquela sociedade.

Contraste-se sua figura com a de um outro homem interessadíssimo pela terra, o cientista alemão seu Olquiste ou Alquiste. Trata-se de alguém atentíssimo que, embora ligado a outro lugar, pode revelar uma curiosidade tão profunda pela terra mineira que chega mesmo a ser o único que identifica nas palavras do Gorgulho, o primeiro a receber o recado dado pelo morro da Garça, um sinal de senso e não de loucura: “Hom’ est’ diz xoiz’ important!” (p. 22) dirá ele. Com isso, partilhará um pouco – ao menos a percepção de que algo da mais alta importância está se passando – da experiência dos personagens que ativamente garantirão a transmissão do recado.

Mas esse telurismo de mão dupla não se configura somente em relação a Pedro Orósio e impregna mesmo o tecido das descrições, tão importantes em “O recado do morro”. O primeiro aspecto que chama a atenção nessas descrições é como nelas se reconstrói a criação da vida na terra: do mineral nasce o vegetal e, deste, o animal. Exemplar nesse sentido é o lugar onde o grupo se reúne para almoçar:

Mas, nesse entremeio, baixando o lançante, chegavam a um lugar sombroso, sob muralha, e passado ao fresco por um riacho. Um riacho fluílimo, que as pedras olham. Mas que mais adiante levava muito sol. Do calcáreo corroído subia e se desentortava velha gameleira, imensa como um capão de mato. Espaçados, no chão, havia cardos, bromélias, urtigas. Do mundo da gameleira, vez que outra se ouvia um trinco de passarinho. Ali fizeram estação, para a hora de comer. (p. 18-19).

Da muralha do morro nasce o riacho, e estamos no mundo mineral, aparentemente sem vida. Mas é desse mundo que nasce a grande árvore – assim como a vegetação miúda. E é desse mundo vegetal, enraizado no minério da terra, que brota a vida animal, os pássaros. E é aí, nesse mundo finalmente completo, que os homens, por sua vez, buscam abrigo.

Mas essa exemplaridade linear, excelente para que o leitor aperceba-se de um movimento geral das descrições, só está presente em casos como esse, em que o lugar descrito é mesmo apenas um cenário.<sup>9</sup> Na descrição mais desenvolvida, que domina a narrativa por mais de duas páginas seguidas – a do ponto de partida da viagem do grupo guiado por Pedro Orósio, exatamente a região de Cordisburgo –, o movimento geral do mineral para o animal se mantém, mas há contramarchas, por assim dizer, que rompem a linearidade e instauram aquele telurismo de duas mãos.

Essa longa descrição se abre com a seguinte frase, de caráter literalmente introdutório: “De feito, diversa é a região, com belezas, maravilha” (p. 6). A seguir, temos linhas seguidas de descrição das rochas, grutas e montanhas. O elemento que as esculpe ainda é mineral: a chuva. Antes de observar a contramarcha, vamos diretamente ao final da descrição, para constatar que o esquema geral lá está: da rocha saem as plantas e depois vêm os animais.

Agora, pelas penedias, escalam cardos, cactos, parasitas agarrantes, gravatás se abrindo de flores em azul-e-vermelho, azagaias de piteiras, o pau d’óleo com raízes de escultura, gameleiras manejando com alavancas suas sapopemas, rachando e estalando o que acham; a bromélia cabelos-do-rei, epífita; a chita – uma orquídea; e a catlêia, sofredora, rosíssima e roxa, que ali vive no rosto das pedras, perfurando-as. Papagaios rouco gritam: voam em amarelo, verdes. Vez em vez, se esparrama um grupo de anus, coracóides, que piam pingos choramingas. O caracará surge, pousando perto da gente, quando menos se espera – um gavião vistoso, que gutura. Por resto, o mudo passar alto dos urubus, rodeando, recrutando –; pela guisa esses sabem o que há-de-vir. (p. 8).

A marcha é esta: penedias, plantas, pássaros. Quanto à contramarcha, ela se insere no interior da descrição do elemento mineral, ele próprio marcado pela presença animal – e também pela presença nomeadamente

humana. É assim que um elemento de origem não-mineral, as pinturas rupestres, incorpora-se às rochas, numa clara alusão de que a passagem rápida do homem deixa marca na própria terra: “Nos rochedos, os bugres rabiscaram movidas figuras e letras e sus se foram” (p. 6-7).<sup>10</sup> É assim também que a própria matéria de que foram feitos os corpos se mistura e se integra ao solo, numa unidade que irmana o mineral e o animal:

E nas grutas se achavam ossadas, passadas de velhice, de bichos sem estatura de regra, assombração deles – o megatério, o tigre-dente-de-sabre, a protopantera, a monstra hiena espélea, o páleo-cão, o lobo espéleo, o urso das cavernas –, e homenzarros, duns que não há mais. (p. 7).

O que não existe mais ainda existe, como assombração e como matéria morta que compõe a vida longuíssima da pedra.

Mas também um bicho ainda vivo surge, e surge antes de qualquer planta, na longa descrição das grutas: os morcegos – “Ou lapinhas cheias de morcegos, que juntos chiam, guincham, porfiam. Largos ocos que servem de malhador ao gado, no refrio das noites, ou de abrigo durante as tempestades” (p. 7). É como se no mais profundo da terra, em seu coração mineral, a vida pulsasse em sua forma mais movente, que é a animal, sem qualquer menção à vegetal. E a rocha devolve algo para a vida, sob a forma de proteção tanto ao morcego quanto ao gado.

O que, logo de início, aproxima o texto de Cornélio Penna a “O recado do morro” é a viagem. A viagem, sempre apontada como elemento central na obra de Rosa, é também significativa para a obra de Cornélio Penna – basta lembrarmos que há, em *Fronteira*, um romance em que praticamente tudo acontece entre quatro paredes, a presença de uma personagem-símbolo como a Viajante.

No caso de “Itabira, tesouro fechado de homens e mulheres”, o personagem-narrador viaja para Itabira do Mato Dentro e abre assim suas cogitações:

O caminho balançava, lentamente, e o nome de Itabira do Mato Dentro, que me esperava lá no fim, percorria minha cabeça em longo meandro, serpenteando entre reflexões que se confundiam com as montanhas e os vales lá fora, em

uma paisagem de convenção e do já dito das lembranças detestáveis da minha infância... (p. 88).

Curiosamente, quem balança não é o viajante, mas o caminho. Numa inversão de ponto de referência, o homem é figurado como a terra, ou seja, como ponto fixo, e a terra adquire traços de bicho, movendo-se. Por outro lado, a monotonia da paisagem que, afinal, está mesmo parada, molda o pensamento tortuoso e obsessivo – é sempre retomado o já dito – que termina imobilizado numa memória que é, afinal, ruim, e não livra esse narrador do que há de detestável no presente. No final dessa intrincada operação mental, o elemento natural é visto como algo artificial, e se diz do cenário natural o mesmo que se diz de uma pintura: trata-se de uma paisagem de convenção.

O texto já começa, portanto, embaralhando homem e terra. E esse processo continua no parágrafo seguinte, que contamina a reação desse homem às sugestões do lugar:

Reagindo, quis povoar aquele vazio enorme, que se fazia cada vez maior, para lá e para cá, dentro e em torno de mim, e só consegui inventar pensamentos ambiciosos. Senti estremecer debaixo da terra a sua riqueza adormecida, e despertaram em meu espírito os faiscadores, os bandeirantes, os pioneiros das minas, que corriam ao encontro das jazidas de gemas e dos depósitos auríferos, logo substituídos pelos ingleses e pelos americanos, e me espantei, como eles, com a riqueza sem fim do ferro e do ouro. (p. 88).

O vazio enorme, “dentro e em torno” do narrador, é a expressão mais cabal dessa ligação entre o que há de mais interno e o que há de exterior ao indivíduo. O minério escondido, tanto quanto a história dos homens, é sentido no corpo, num movimento único, que, mais uma vez, funde tudo numa única realidade.

É evidente que esses sonhos ambiciosos não serão muito promissores. Quem se lembrar de certas passagens de *Fronteira* não deixará de notar que, lá, o sonho de riqueza foi um sonho de destruição: arrasou as montanhas, matou os índios, “que eram a melhor parte deste todo”.<sup>11</sup> E aqui, no conto, o resultado desse processo não é diferente:



As montanhas de ouro, ferro, diamantes, pedrarias de toda a sorte desmoronaram sem ruído, ocultando-se sob as ruas que se aproximavam, com suas casas teimosas e alucinadas; umas que se ergueram em um dia, mas esqueceram-se de cair, e outras de muralhas capazes de resistir aos séculos, construídas para pouso e abrigo provisórios.

(...)

Vi também os homens se lançarem, furiosos, à cata do ouro e do diamante, mergulhando terra adentro, nas minas que se abriam como chagas. Mas, devorados por elas, ficaram seus filhos, que se esqueceram da ambição paterna, e as galerias estouraram, cheias d'água ou arrebentadas pelas raízes poderosas. A cidade, que era subterrânea, veio para a flor do solo, e adquiriu uma vida mais forte ainda, no desejo desesperado de viver sem explicação e sem ganância recalçada pela altura de sua inteligência abstrata. (p. 89).

No que diz respeito ao resultado prático do imenso esforço humano, tudo é desconstruído. Há um descompasso enorme entre o que permanece e o que se esvai, entre o que se constrói e o que desmorona. Mas, na relação entre o homem e a terra, as interações presentes na abertura do conto reaparecem. O homem, de um lado, fere a terra; de outro, acaba devorado por ela, num processo em que bicho e minério agem da mesma forma. A cidade, por sua vez, construção humana, confunde-se com a preciosidade mineral guardada sob a terra e, como se fosse uma planta, brota e toma seu lugar na superfície. Mas a cidade não é só construção humana, pois só pode existir se o homem transformar a pedra, de que as casas e ruas são feitas. E é como essa fusão de pedra, planta e bicho que a cidade enfim se caracteriza, cheia de vida e de desejo, despida dos erros humanos do passado, substituída por uma inteligência que é própria, abstrata, e só pode existir se for recalçada a ambição que, paradoxalmente, a originou.

Mais do que isso, a cidade também devolve ao homem o que o homem deu a ela – ou o que lhe tirou. E, assim como o narrador reage diante de uma paisagem que o inquietara, a terra também reagirá:

A riqueza material ficou lá embaixo, e, cá em cima, Itabira do Mato Dentro é um maior tesouro guardado, um cofre de almas preciosíssimas, e assim as cidades

históricas de Minas Gerais, que se fecharam, vigiadas pelo Destino, para viver pesadamente apenas a vida unida de seus filhos, marcados pelo selo da dor e do gênio incompleto. (p. 89).

O homem é um tesouro enclausurado. Precioso, mas longe de tudo, isolado. A paisagem montanhosa da região das velhas cidades mineiras, que antes escondia as riquezas minerais, agora esconde a riqueza humana, substituindo o que era rocha pelo que é bicho. Devolvendo ao homem o que dele recebeu e convertendo-o no lugar em que vive. O resultado é uma reintegração melancólica, em que o homem apenas reafirma seu caráter telúrico e a terra, seu caráter por assim dizer humano.

Como se vê, há o que aproxime Guimarães Rosa e Cornélio Penna. Uma constatação desse tipo, por si mesma, pode apontar para a vacuidade daquele isolamento mencionado logo de saída. Mas alguém poderia perguntar: e daí? Uma aproximação entre esses dois escritores não indicaria apenas que Cornélio Penna é uma exceção no interior do romance de 30?

Para responder a essa pergunta, é preciso tentar um outro passo. O de articular aquela relação de duas vias entre homem e terra com algum elemento caro à década de 30. E a escolha tem que recair sobre o fato de a década de 30, dentro e fora da literatura, ter ficado marcada como um tempo em que predominaram as interpretações do Brasil.<sup>12</sup> Seria possível ler os contos de Guimarães Rosa e Cornélio Penna – e especialmente seu telurismo, seu aspecto de lógica não racional – como interpretações do Brasil? E, ainda, haveria algo de comum nessas interpretações?

Para responder a todas essas perguntas, vamos observar um pouco como são as relações entre Pedro Orósio e sua terra natal, os Gerais. Ele vive há anos longe dela. A viagem em que serve de guia tem como destino exatamente aquele lugar. E a ideia de não voltar da viagem, de permanecer nos Gerais passa por sua cabeça em diversas ocasiões. A primeira vez em que o narrador nos informa desse seu estado de espírito é exatamente quando o Gorgulho vai, inaugurando o caminho do recado, contar o que ele ouvira o Morro da Garça dizer:

E, nesse comenos, Pedro Orósio entrava repentino num imaginamento: uma vontade de, voltando em seus Gerais, pisado o de lá, ficar permanente, para os anos dos dias. Arranjava uns alqueires de mato, roçava, plantava o bonito arroz, um feijãozinho. Se casava com uma moça boa, geralista pelo também, nunca mais vinha embora... Era uma vontade empurrada ligeiro, uma saudade a ser cumprida. Mas pouco durou seu dar de asas, porque a cabeça não sustentou demora, se distraiu, coração ficou batendo somente. (p. 21-22).

Como se vê, há uma separação evidente, em Pedro, entre coração e cabeça. O coração sente a saudade e imagina a volta, mas a cabeça não sustenta esse movimento. A relação desse homem com a terra está no campo do afeto, mas é interrompida pelo que há nele de razão. Se o afeto é difícil de explicar, centremos atenção nos motivos que levam Pedro Orósio a escapar ao desejo de voltar para lá.

E isto não é muito difícil. Basta ver o surgimento seguinte desse desejo, quando da chegada da comitiva aos Gerais:

Ah, quem-sabe, trovejasse, se chovesse, como lembrando longes tempos Pê-Boi talvez tivesse repensado mesmo sua idéia de parar para sempre por lá e ficava. Mas ele assim, ali, a saudade não tinha presa, que ela é outro nome da água da distância – se voava embora que nem pássaro alvo acenando asas por cima de uma lagoa secável. E o que ele mais via era a pobreza de muitos, tanta mingua, tantos trabalhos e dificuldades. Até lhe deu certa vontade de não ver, de sair dali sem tardança. (p. 27).

Se o impulso de ficar poderia ter ressurgido por efeito da memória – que escapa ao controle da razão e por isso mesmo é mãe da saudade –, ele seria igualmente passageiro. Porque o que Pedro via, o que ele via concreta e exclusivamente, era a pobreza, o atraso dos Gerais. E a razão, inescapável, obrigava a contrariar a saudade trazida pela memória e mandava ir embora de lá, da mesma maneira como outras aves, em outras lagoas secáveis, aconselhavam Fabiano e sua família a se retirar da terra em que viviam.

Em duas palavras: Pedro tem relação com a terra, e isso se reflete também no apego ao lugar em que nasceu e se criou. Mas esse apego

está, por assim dizer, obnubilado pela razão. E as pistas em que a razão se baseia são de ordem econômica.

Por isso vale a pena pensar na ordem econômica. Como se sabe, a formação social do Brasil é marcada pela desigualdade. As distâncias sociais são enormes e ou se vive sob o abrigo da propriedade ou se vive em estado de completa dependência. Em termos de nossa literatura de ficção, isso foi tipificado por Jorge Amado, na diferença que aparece, em livros como *Cacau e Terras do sem fim*, entre o proprietário e o “alugado”, ou seja, aquele trabalhador que sempre deve ao patrão e acaba reduzido a uma forma nova de escravidão. Além da dependência, só restaria ao trabalhador pobre a marginalidade. Pedro Orósio vive, como vimos, uma situação especial porque é uma figura de exceção e, tanto quanto possível, escapa dessa lógica da dependência – ou, mais precisamente, a sofre de maneira “branda”, “trabucando forro”. De todo jeito, fica claro que sua situação depende da vontade do proprietário, ele “trabuca forro” somente porque isso lhe é permitido por seu Jujuca do Açude.

Comparemos sua situação com a de Gorgulho, o único que escuta o morro gritar recado espantando-se ao perceber que os membros da comitiva não ouvem nada. A primeira informação que temos a seu respeito é a de que “morava sozinho dentro de uma lapa, entre barrancos e grotas” (p. 13), ou seja, dentro da terra. Essa lapa se localizava “no ponto mais brenhoso e feio da serra grande” (p. 17), e lá o homem vivia do que plantava: “Roça em terra geradora, ali perto, *sem posseção de ninguém*, chão de cal, dava de tudo” (p. 18, grifo meu). Gorgulho tem que viver longe para escapar à lógica da propriedade – e, de certa forma, para escapar de qualquer lógica.

Mas a posição de Gorgulho ainda não está definida de todo porque é relevante saber, quando moço, qual era seu trabalho: “Que ele tinha sido valeiro, de profissão, em outros tempos (...). Abria valos divisórios. (...) Com a mudança dos usos, agora se fazia era cerca-de-aramé, ninguém queria valos mais; ele teve de mudar de rumo de vida” (p. 18).

Ironicamente, Gorgulho foi vetor da instalação da propriedade naqueles ermos enquanto sua profissão se exercia no contato direto com a terra. Ou seja, ao instaurar na carne da terra a lógica da exploração

racional, provocou sua própria obsolescência, mais ou menos como aquele Tonho Tigreiro de “Meu tio o iauaretê”, que desonçava os matos para que a terra fosse limpa e as fazendas pudessem se instalar. Ambos colaboram na instalação da modernidade, mas não podem desfrutar de suas benesses e terminam marginalizados: só lhes é possível viver no isolamento das brenhas ou das penhas.

Do ponto de vista do morro, no entanto, não há motivo para preocupação com o Gorgulho. Este já fizera o caminho de volta, e a relação recíproca se restabelecera: a terra dava-lhe abrigo e ele, como os morcegos das lapas de Cordisburgo, enchia suas entranhas de vida. Pedro, ao contrário, recebia da terra sua solidez, mas nada devolvia. E, assim, essa solidez ameaçava tornar-se inútil (e mesmo ameaçadora) num ambiente povoado não pelo que aqui chamamos de não racional, mas sim pelo *irrational*: o ciúme daqueles cujas namoradas, exatamente pela solidez de Pedro, interessavam-se por ele. No entanto, como toda gente sabe, a ligação de Pedro com a terra se restabelece na última hora, bem quando ele, privado da razão pela bebida, sem botinas, fica disponível para ao mesmo tempo sentir e entender a cantiga de Laudelim, que potencializa a capacidade que tem a obra de arte, por seu caráter mesclado de intuição e razão, de religar o homem às camadas que a razão açambarcadora interdita.

É claro que a esta altura deve-se tomar cuidado para não se ler “O recado do morro” como um texto de interpretação do Brasil que proponha um voltar as costas à razão e à modernidade. Note-se que seu desfecho é explicitamente alegórico, remetendo mesmo ao mundo das botas de sete léguas dos contos da carochinha. É nessa chave que a volta de Pedro aos Gerais, sua reintegração a terra, deve ser lida portanto: “Mediu o mundo. Por tantas serras, pulando de estrela em estrela, até aos seus Gerais” (p. 70).

Não há como apontar algum tipo de desdobramento prático aqui. O que se desenha é um desequilíbrio, um espaço em que a lógica da propriedade nega abrigo àqueles que não têm posse de nada e, adicionalmente, uma vez que estabelece *uma* racionalidade, separa o homem da terra, de forma que nem o abrigo da natureza ele possa ter. E o confronto com outros textos de Guimarães Rosa reforça essa leitura. Lem-

bremos, por exemplo, o “O burrinho pedrês”. O trecho dessa narrativa, como se sabe, é simples: um grupo de treze homens, um fazendeiro e doze de seus empregados, preparam uma boiada para transporte e a levam para uma cidade próxima à fazenda, onde o gado embarcará num trem. Realizada a tarefa, fica na cidade o proprietário, enquanto os vaqueiros tomam o caminho de volta. Mas um impasse surge: há um riacho a ser atravessado. Na viagem de ida ele já estava alargado, crescido pelas águas que vertiam nas cabeceiras. Agora, à noite, convertera-se num caudaloso rio. Os cavalos sentem medo. É preciso decidir se é conveniente e seguro continuar viagem ou não. Decidem prosseguir e, nessa travessia, oito homens morrem.

Do grupo inicial, portanto, cinco se salvam. O primeiro é o patrão. Protegido pela propriedade, ele nem sequer se expõe ao perigo, abrigado que fica na cidade, lugar da racionalidade. Dois outros se salvam porque se recusam a atravessar o riacho cheio, cedendo ao medo e se mantendo em terra firme. Dos que se metem na água, só se salvam os dois que não tentam conduzir seus cavalos, antes deixam-se conduzir pelo burrinho: um, como Pedro Orósio, desprovido de razão pela caça, que simplesmente se agarra ao pescoço do animal; outro que, ao cair na água, consegue agarrar o burrinho pelo rabo. E o burrinho, como faz? Decerto não como os homens, que planejam uma travessia em linha reta, aquilo que a razão determina ser a menor distância entre dois pontos: “E Sete-de-Ouros, sem susto a mais, sem hora marcada, soube que ali era o ponto de se entregar, confiado, ao querer da correnteza. Pouco fazia que esta o levasse de viagem, muito para baixo do lugar da travessia”.<sup>13</sup>

Em duas palavras: a separação violenta entre classes e o caráter particularmente feroz da propriedade, que interdita de forma radical as benesses da modernização racional. Eis o que avulta nesta interpretação do Brasil.

Mas isso é nos ermos dos Gerais. Mais ao sul, onde as cidades têm Mato Dentro no nome, a relação entre homem e terra tem uma outra configuração, mesmo porque a história da ocupação racional ali é mais antiga. E, a exemplo do que acontece em “O recado do morro” é uma história que se baseia no dado de natureza econômica. Sim, porque o

que se vê por trás da palavra “ambição”, tantas vezes repetida no conto, não é somente uma evocação saudosa de um tempo mais puro, mais verdadeiro – e nesse sentido a “ambição” cornelianiana está muito distante da “usura” poundiana, por exemplo.<sup>14</sup>

Toda a história da exploração do minério, dos primeiros faiscadores e bandeirantes aos americanos do século XX, é um processo que nada cria. É mesmo pura exploração gerada pela ambição. E, no final de cada um desses ciclos de exploração econômica que, com novos métodos, é capaz de retirar mais riqueza da terra – e daí a impressão do narrador de uma “riqueza sem fim” (p. 88) –, resta só a pobreza, só o abandono. Esse homem não estabelece ali qualquer relação com a terra que, nessa perspectiva, dá tudo e não recebe nada.

Mas há um outro homem ali, aquele que, apartado da propriedade, fica por lá mesmo passada a febre de riqueza. Num itinerário parecido com o do Gorgulho e do Tonho Tigreiro, com seu trabalho colabora para a exploração econômica da terra, mas não se beneficia dela – aqueles homens “marcados pelo selo da dor e do gênio incompleto” (p. 89). E a cidade só passa a ser sua porque se converte também em ermo, em terra devoluta, sem valor econômico. Lugar de pobreza.

E, paradoxalmente, esse homem que fica ali, à margem da exploração racional, é quem acaba finalmente devolvendo à terra sua riqueza – e, no final das contas, é por isso que a riqueza de Itabira do Mato Dentro é sem fim. Não porque o minério durará para sempre, mas sim porque os homens, temporários que são, como os bugres que haviam deixado nas lapas do norte sua marca, sucedem-se e se transformam num novo tesouro, “valiosíssimo”.

E essa situação nos aparece como irreversível: a cidade condenada a ser esse tesouro, o lugar que torna verdadeiros esses homens. E para eles, por sua vez, o que parecerá milagre, evento sem explicação racional, será surpreendentemente a vida fora dali, a rotina “adiantada” dos lugares onde serão vistos como seres risíveis, caipiras engraçados, sem que se imagine que ali reside aquela riqueza enorme:

Nenhuma delas [as cidades] se transformará, nenhuma poderá evoluir, fugindo à sua missão de guardadora de Homens e de Mulheres, que só nelas poderão ser ver-

dadeiros. Transplantados, eles despertam cheios de lento terror, na compreensão da realidade nova que aparece como um milagre absurdo aos seus olhos, e aqueles que os cercarem, nesse nascimento novo, rirão por sua vez, sem perceberem que se desenrola à sua vista um drama de transmigração dolorosa. (p. 89-90).

Não seria cegueira semelhante à que afetava Pedro Orósio em sua volta aos Gerais? Vivendo noutras terras, desaprendera a enxergar a riqueza do lugar onde nascera, ainda que não completamente, já que algo lhe restara, sob forma de saudade fugidia e difuso desejo de voltar. Mas, na posse da razão e longe de qualquer cantiga capaz de lembrá-lo disso tudo, só o que via era a pobreza, assim como tudo o que vêem os de fora nos homens e mulheres de Itabira é a pobreza: “A sua [dos Homens e Mulheres] descida ao mundo, a sua vida entre os animais, é sempre uma cerimônia obscura, silenciosa, que passa despercebida e indiferente, mas que revela desconhecida beleza aos que conseguem suspeitá-la...” (p. 90).

Aqui, quando estamos diante do parágrafo final do conto, temos que tomar os mesmos cuidados que tomamos ao considerar o desfecho de “O recado do morro”. Não há qualquer proposta prática na literatura de Cornélio Penna. O que “Itabira, tesouro fechado de homens e mulheres” desenha é uma situação de desequilíbrio – e não um manifesto de isolamento. A beleza daqueles homens e mulheres, em isolamento, está fora da equação de todos que não vivem onde eles vivem. Além disso, o isolamento não é só daqueles que vêm do Mato Dentro, ele está também naquele olhar do outro que nem sequer consegue suspeitar que aquela beleza existe.

Toda a obra de Penna, aliás, aponta para a troca, não para o isolamento. Assim é em *Fronteira*, em que a tia Emiliana, na ânsia de controlar a santidade de Maria Santa, acaba isolando-a, privando-a do contato e do amor. Termina por levá-la à morte. E assim é também em *A menina morta*, livro em que o processo narrativo criado pelo escritor se cristaliza. Nele, a fazenda de café do século XIX se transforma no palco de uma grande incompreensão, verdadeiro retrato do Brasil nos moldes que temos descrito aqui. Ali a exploração é ainda mais explícita, porque a atividade econômica é mantida pela escravidão. E o que essa



atividade gera, além da riqueza do café, é apenas a infelicidade. A autoridade do proprietário, o Comendador, inflada, mantém a ordem, mas não cria nada. Percebendo confusamente esse estado de coisas, sua herdeira, Carlota, quando se vê na posse da propriedade, liberta os escravos e rompe o noivado: mata a fazenda e mata a família. E aqui, podemos dar um outro nome, talvez menos marcado do que o de telurismo, ao elemento não racional: mentalidade. Diferentemente de sua irmã (a menina do título, morta ainda muito criança), Carlota olha para o mundo com uma mentalidade escravocrata. Horroriza-se com aquilo, é verdade, mas não consegue enxergar nos escravos aquela “desconhecida beleza” que a menina via neles – e que os habitantes das grandes cidades são incapazes de descobrir nos homens que vêm do Mato Dentro.

É assim que Guimarães Rosa e Cornélio Penna se encontram: num Brasil em desequilíbrio. Mas num desequilíbrio que não cessará simplesmente com a substituição de uma forma de exploração por outra, por alguma forma mecânica de “modernização”. Por aqui, as distâncias são muito grandes. É preciso ver o que está para além da razão, aquilo que vem dos loucos, dos amorosos, das crianças, dos esquecidos, dos escravos. Nisso está o que é o Brasil, o que só pode ser o Brasil. É preciso, então, juntar esse elemento à equação que nos define, para que aí sim seja possível compreender – ou intuir – quais os processos por que temos que passar para alcançar alguma forma de equilíbrio.

Mário de Andrade, numa resenha quando do lançamento de *Os dois romances de Nico Horta*, disse que Cornélio Penna vinha “lembrar aos nossos romancistas a hipótese riquíssima de dois e dois somarem cinco. Ou três”.<sup>15</sup> Guimarães Rosa jamais se esqueceu disso.

## Notas

<sup>1</sup> A primeira metade deste trabalho foi apresentada, sob o mesmo título, no Congresso Internacional Centenário de Dois Imortais, realizado em 2008 na Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço a Claudia Campos Soares, Mauricio Mendonça Cardozo e Benito Martinez Rodriguez, que leram e comentaram aquela primeira versão, e ainda a Maria Cecília Boechat, que leu também a versão completa.

<sup>2</sup> PENNA, Cornélio. Itabira, tesouro fechado de homens e mulheres. In: *Lanterna Verde*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 88-90, fev. 1935. Ao final de todas as citações deste texto que se seguirem, o número de página indicado entre parênteses dirá respeito a esta publicação.

<sup>3</sup> FREYRE, Gilberto. A propósito de telurismo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 10, 25 mar. 1950.

<sup>4</sup> É assim que o dicionário *Aurélio* define essa acepção da palavra: “Ramo das ciências humanas que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua consequente adaptação a ele (...)”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Ed.). *Novo dicionário Aurélio*. 14 reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

<sup>5</sup> ROSA, João Guimarães. *Corpo de baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 5.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> ROSA, João Guimarães. *No Urubuquaquá, no Pinhém*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 1. Ao final de todas as citações de “O recado do morro” que se seguirem, o número de página indicado entre parênteses dirá respeito a esta edição.

<sup>8</sup> Remeto aqui a dois dos mais conhecidos textos sobre esses aspectos: MACHADO, Ana Maria. *Recado do nome*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, e ARAÚJO, Heloisa Vilhena. *A raiz da alma*. São Paulo: Edusp, 1992.

<sup>9</sup> Um outro exemplo é a descrição do “deserto” em que o Guégué passa o recado para o Nominadomine tendo apenas Pedro como testemunha (p. 37).

<sup>10</sup> Não há como deixar de ouvir o eco desses bugres na conduta de um dos transmissores do recado, o Coletor, que escreve nas paredes o extensíssimo número que dá conta de sua fortuna infundável.

<sup>11</sup> PENNA, Cornélio. *Fronteira*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935. p. 95.

<sup>12</sup> Ver a esse respeito dois textos fundamentais de Antonio Candido: “Significado de Raízes do Brasil” (em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. xi-xxii) e “A revolução de 1930 e a cultura” (publicado em *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987).

<sup>13</sup> ROSA, Guimarães. *Sagarana*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 68. Esta passagem de “O burrinho pedrês” ecoa, por sua vez, nas seguintes palavras de Riobaldo: “Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido nas idéias dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do que primeiro se pensou” (*Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 51).

<sup>14</sup> Refiro-me aqui ao conhecidíssimo “Canto XLV” – “Com usura”. Ver: POUND, Ezra. *Os cantos*. Tradução José Lino Grünewald. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 263-64.

<sup>15</sup> ANDRADE, Mário de. Romances de um antiqüário. In: —. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins, s.d. p. 108

*Resumo*

O presente texto procurar proceder a uma aproximação entre as obras de Guimarães Rosa e Cornélio Penna. Para isto, procura demonstrar como um elemento não racional – a ligação dos personagens com a terra – é mobilizado de forma semelhante pelos dois autores. Em seguida, analisa como esse elemento permite constituir uma imagem dos impasses sociais no Brasil.

*Palavras-chave*

Literatura brasileira; século XX; Guimarães Rosa; Cornélio Penna.

*Recebido para publicação em*  
18/07/2009

*Abstract*

This paper intends to show that there is a proximity between Guimarães Rosa's and Cornélio Penna's work. In order to accomplish that, it demonstrates in first place that both authors handle the same non-rational element – the connection between man and earth. Then, it analyses the way that element allows to configurate a similar image of Brazilian social differences.

*Key words*

Brazilian literature; 20<sup>th</sup> century; Guimarães Rosa; Cornélio Penna.

*Aceito em*  
27/09/2009

